



Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões de vinte e oito de abril de 2023

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, na cidade de Viseu, no Solar dos Peixotos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 12/12/2022;-----

----- 2. Tratamento dos assuntos das alíneas b) c) d) e) e f) do nº 1 do Art.º 40º do Regimento.

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 12 de dezembro de 2022 e o dia 11 de abril de 2023, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2022, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 3. Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2023, de acordo com a Informação de Serviço nº 914/2023, de 11 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 4. Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2023, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 5. Análise, discussão e votação da proposta de decisão de autorização da despesa relativa ao contrato de serviço público a celebrar na sequência do concurso público para a contratação de serviço de transporte rodoviário de passageiros na Região de Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 6. Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 12 de novembro de 2022 e o dia 31 de março de 2023, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 12 de dezembro de 2022, de acordo com a Informação de Serviço nº 948/2023, de 11 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

--- Intervenção do Público -----

Assembleia Intermunicipal

--- Realizada a chamada às dezasseis horas, verificou-se a falta dos seguintes Deputados: João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques, Ana Carla de Figueiredo Luzio, Luís Miguel do Carmo Ferreira Veiga da Costa e Andreia Sofia Neves de Sousa -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu, **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Queria dar as boas-vindas, nesta dupla qualidade, aqui ao Solar dos Peixotos, propriedade da Câmara Municipal e que neste momento alberga a Assembleia Municipal, aqui, exatamente, no sítio onde estamos e também a sede da Junta de Freguesia da cidade de Viseu.-----

--- Já deram conta que é um espaço requalificado recentemente, penso que tem condições para o exercício que lhe é cometido. Tem uma particularidade, é muito utilizado fora da Assembleia Municipal por instituições que nos solicitam o espaço e pronto, dizer-vos que para além disso é um gosto recebê-los aqui e eu sei que estas reuniões estão a ser feitas de forma centralizada, o que é salutar, portanto, espero que se sintam bem aqui no concelho, que é neste momento a capital de distrito, distrito também que começa a perder os seus contornos, a perder até a sua identidade, mas, pronto, acho que todos nos sentimos um pouco de Viseu, acho que, mesmo que em outros concelhos, às vezes nas deambulações pelo estrangeiro, quando lhe perguntam, sempre associam Viseu ao nome do seu concelho.-----

--- Temos uma ordem de trabalhos algo extensa, ela costuma também ser muito extensa num período que devia ser habitualmente mais curto, mas o período antes da ordem do dia leva-nos muitas vezes a que nos estendamos, mas espero que para além destas palavras de boas vindas, entrarei agora com outro capote, o de Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões e desejar que os trabalhos corram como todos nós desejamos, corram bem, que seja mais um impulso para a afirmação desta nova realidade e eu confesso-vos, e não queria demorar, temos muitas questões para fazer, a realidade CIM vem-se afirmando, vem-se afirmando progressivamente, e eu penso que de uma forma muito consistente, naquilo que é a descentralização no país, a agregação de municípios tem tido vantagens, torna o território mais resiliente, portanto, mesmo aqueles que não eram grandes entusiastas pela criação das CIM’s, acho que neste momento estamos todos a dar conta que a CIM é um bom projeto que pode tornar muito mais fácil a nossa vida, tornando um território que tem catorze municípios, uma extensão significativa, tornando-o num território apetecível”.-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

Assembleia Intermunicipal

--- Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 12/12/2022 -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com trinta e quatro votos e uma abstenção do deputado André Filipe Marques da Cunha, não tendo participado na votação os deputados que não estiveram presentes na referida sessão, nomeadamente Ricardo Jorge da Costa Guerra, Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Maria Elizabeth Oliveira Cancela, António Maria Oliveira Matos, Marta Susana Alves Palrinhas, Sérgio de Almeida Ferreira, André Roxo Xavier de Sá, Maria Helena de Campos Coimbra, Pedro Filipe dos Santos Alves e Maria de Fátima Fernandes Lopes. -----

--- Quanto ao segundo ponto do período de antes da ordem do Dia – 2. Tratamento dos assuntos das alíneas b) c) d) e) e f) do nº 1 do Art.º 40º do Regimento -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “É a terceira vez que eu venho aqui, exatamente aqui neste mesmo sítio, falar sobre este assunto. Duas vezes fi-lo nas Assembleias Municipais de Viseu, e por considerar que o assunto é de extrema importância e relevância para a região. Entendi por bem também hoje vir aqui fazê-lo, nesta Assembleia, para colher de vós a solidariedade e o empenho na resolução futura deste problema, que não é da nossa esfera de competências, mas que se impõe. Que a região tenha uma voz e que o Presidente do Conselho a faça sentir, em função desta necessidade efetiva da região que eu vos vou transparecer. E falo em concreto de serviços mínimos e serviços públicos às pessoas, aos cidadãos, aos consumidores, naquilo que é o exercício dos seus direitos, liberdades e garantias e em falha que a nossa região enfrenta, à semelhança de muitas outras do país, mas a nós substancialmente preocupa-nos, por hora, a nossa, uma gravíssima circunstância de deficiência e precaridade desses mesmos serviços. -----

--- Atrasei-me porque estive na Conservatória de Registo Predial, aqui com a Dr.ª Helena Coimbra, estivemos lá ambas, onde um simples registo predial, para qualquer um de nós, demora cerca de meio ano a ser concretizado. Na Conservatória de Mangualde, transmitiram-me, que demora nove meses e estes dois exemplos poder-se-ão replicar a muitos outros concelhos com maior ou menor gravidade e a responsabilidade, meus amigos, não é dos municípios e não é dos funcionários, que são exíguos e empenhados naquilo que são as suas responsabilidades e competências. O que é certo é que os funcionários que nós encontrávamos neste serviço, em específico, falo do Instituto de Registos e Notariado, há trinta anos, são exatamente os mesmos que nós lá encontramos agora, com a deficiência daqueles que infelizmente já partiram e aqueles que se encontram numa situação de aposentação, só com

Assembleia Intermunicipal

pequenas exceções, ou por mobilidade ou por recrutamento, escasso e insuficiente, para aquilo que são as necessidades deste serviço essencial à população. -----

---Vi com lamento, que recentemente foi publicitado, pela Senhora Ministra da Justiça, a abertura de um concurso para a colocação de duzentos e poucos funcionários para estas repartições e para cerca de cinquenta notários. Basta fazer uma simples conta de matemática. Nós somos trezentos e oito municípios, quantos vão calhar a cada município? Não são suficientes e para a apresentação deste concurso até foi feito um workshop de debate entre equipas. Nós não queremos workshops, nós queremos funcionários, queremos recrutamento efetivo para estas matérias. Mas não é só as repartições das conservatórias que me preocupam e o Instituto de Registos e Notariados. Posso falar das repartições públicas de finanças, que todos necessitamos e que todos nós temos a consciência plena da precaridade. Eu quis fazer uma inscrição para um cliente, para participar o óbito de uma pessoa que reside no concelho de Tondela, em que se tem de cumprir prazos, como sabem e, online, só para daqui a dois meses. Presencialmente é só por marcação, portanto, a pessoa chega e não consegue ser atendida em função da disponibilidade dos funcionários.-----

--- Mas também vos podia falar da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), uma entidade reguladora essencial ao desenvolvimento económico dos nossos agentes, para que os consumidores e os agentes tenham as condições de segurança para exercer as suas atividades e o recurso à segurança que a mesma se impõe, em que temos uma delegação em Tondela, que ótimo, maravilha, está na nossa região, consegue satisfazer as nossas necessidades, e não, porque se fizermos uma simples defesa num auto de contraordenação, as testemunhas têm de ser ouvidas em Lisboa ou Coimbra, a cargo daquele que quer reclamar os seus direitos. Isto é desonroso para a nossa região.-----

--- Mas também vos podia falar do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e a vergonha que foi a circunstância adversa que vivemos no período pré Páscoa, onde verificámos as situações atroz que ocorreram no Aeroporto de Faro e o SEF que não consegue ter uma resposta eficaz na nossa região para a regularização de tudo aquilo que se impõe, em termos de competências, que provoca a clandestinidade e a fuga à legalidade das pessoas. É lamentável! E por último, e não menos importante, também não posso deixar de transparecer aqui a situação dos tribunais. Como sabem os tribunais estiveram parados dois meses, consecutivamente, em que os funcionários efetuaram uma greve a atos e diligências. Agora estão novamente parados com nova greve. Porquê? Porque há falta de diálogo, e sim este serviço também necessita, efetivamente, de recrutamento, recrutamento esse que também, ao longo de mais de quinze

Assembleia Intermunicipal

anos, só ocorreu duas vezes, em que nem cinco por cento das necessidades foram satisfeitas e onde não há diálogo. E basta todos os dias abriremos as nossas televisões e sermos confrontados com a precaridade daquilo que demonstra a falta de diálogo para a resolução destas questões. E estamos a falar dos nossos direitos, das nossas liberdades e das nossas garantias. Já não nos basta que os serviços não sejam alocados à nossa região, como foi o exemplo que foi bem denunciado uma extensão da Secretaria de Estado da Justiça, do SEJ, para o Norte do País, em detrimento da disponibilidade da região. Já não nos basta a perda de outros serviços de excelência que nós tínhamos aqui e que se foram esvanecendo, quanto mais agora o cidadão que quer exercer os seus direitos, liberdades e garantias e enfrenta esta precaridade. Não podemos fechar os olhos a estas matérias e temos de unir a nossa voz na reclamação daquilo que é o interesse de todos e penso que nisto teremos de estar unidos. E em união de esforços, reivindicar aquilo que deve satisfazer as nossas necessidades e as necessidades da nossa região, para que possamos continuar a crescer em coesão económica, social e de todas as outras vertentes que estes serviços acolhem. A justiça é essencial ao exercício da democracia e os cidadãos não devem ter de responder por erros graves de gestão do nosso governo quanto a estas matérias. O assunto é sério e devastador naquilo que é a justiça social. Apelo à vossa compreensão e dentro das suas competências, Senhor Presidente, apelo para que faça sentir junto das instâncias governamentais este desagrado, esta constatação e esta necessidade eminente do encaminhamento devido “.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Alberto Tavares**, cuja intervenção se transcreve: “No passado cinco de março realizou-se no meu concelho, na freguesia de Penaverde, em Aguiar da Beira, a nona festa do *Pastor e do Queijo da Serra*, em que esteve presente o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Dr. Carlos Miguel, e nas palavras que pronunciou naquela festa falou-se na importância das diferentes festas ou feiras organizadas nas zonas demarcadas do *Queijo da Serra* e falou no interesse, julgo que é importante o que ele disse, na criação, para além das festas ou feiras locais, ser feita uma festa, uma feira de âmbito regional, eu pessoalmente sou um pouco cético a isso, porque há um problema eterno, que é as capelinhas locais, e cada concelho quer fazer a sua festa e feira, mas eu tenho uma sugestão, aqui à direção da CIM, que julgo que era de interesse, em vez de ser feita uma festa, uma feira, uma exposição na nossa região, que seja feita em Lisboa ou no Porto, nomeadamente na época da Páscoa. Há muita gente aí, nomeadamente os nossos vizinhos espanhóis, e julgo que era uma mais-valia, que fosse feita uma exposição, não sei, como queiram designar, nessa época, em Lisboa e no Porto.

Assembleia Intermunicipal

--- É altura de não fazermos só estas festas localmente, nos diferentes concelhos, mas levarmos o nome do *Queijo da Serra*, que é uma mais-valia desta região, para fora das nossas fronteiras dos concelhos e julgo que essa época da Páscoa era a melhor época, porque realizam-se entre fevereiro e março as diferentes festas e feiras nos concelhos, o melhor queijo que há, é o queijo de janeiro, portanto, em abril normalmente é a Páscoa, ainda há bom queijo e julgo que era uma grande mais-valia. -----

--- Espero que esta CIM tenha a iniciativa, que entre em diálogo com a CIM das Beiras e Serra da Estrela, porque há lá concelhos, nomeadamente Celorico da Beira e Fornos de Algodres, que serão, se calhar, julgo eu, os concelhos onde há maior produção de *Queijo da Serra* e tenho a certeza que, só falando com eles, é que realmente é possível fazer o lançamento desta ideia. Eu espero que realmente não caia no esquecimento, que as ideias que eu tenho trazido aqui, são ideias, julgo eu, que é uma mais-valia para a região desta CIM Dão Lafões e este produto endógeno, que é um produto de excelência, deve passar fronteiras, para além da promoção do turismo. -----

--- O verão está aí à porta, aliás o verão já está antecipado, e possivelmente a nossa região deve ser muito afetada pelos incêndios. Eu numa das primeiras reuniões da CIM alertei do problema das comunicações deficientes que continua a haver no meu concelho praticamente não houve melhoria nenhuma, há zonas em que o SIRESP não funciona, zonas negras, eu tenho aqui uma freguesia que me mandou uma reclamação, mandou para mim, para entregar aqui aos serviços, e é uma freguesia, é uma zona rica em área florestal, em que, por mais que reclamem não têm qualidade nenhuma em termos de comunicações, era bom que, realmente, a CIM pensasse muito a sério nesta região, porque é uma região em que vêm os emigrantes têm dificuldades em comunicar e, como eu digo, há zonas completamente nulas de comunicações e isso é grave, porque pode acontecer realmente nos incêndios, normalmente até em vales, e que não há comunicações nenhuma. Era bom que esta situação fosse pensada e resolvida “. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Maria de Fátima Cunha**, cuja intervenção se transcreve: “O que eu venho aqui falar é um assunto que já foi falado aqui algumas vezes, e que se reflete no país todo, se calhar em mais de metade do país, que é a seca e ainda não estamos na estação do ano do verão, mas estamos a entrar nela, em termos climáticos e como todos sabemos o clima está a mudar devido às alterações climáticas e um dos problemas que temos é a seca. Então, a questão que eu coloco aqui, é se a CIM tem algum plano ou se pretende fazer alguma coisa para ajudar a lidar com esta situação em alguns concelhos, dado que se reflete mais nuns do que noutros, nos próximos meses. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Outra coisa que eu queria colocar aqui era qual é o ponto da situação dos projetos StopWaste, em que ponto da situação é que está. E outra questão é como é que se encontra o plano das ecovias da região que se pretende construir e vem promover o desenvolvimento de uma rede ciclável, que irá concretizar e fazer a ligação entre as infraestruturas já existentes “--

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Em relação ao primeiro ponto, ele já foi trazido também numa Assembleia Municipal e é um problema que apenas estaremos à nossa disposição o contato com a Administração Central. São problemas que a Administração Central tem de resolver, o problema dos serviços, nós sentimo-los aqui também, o problema das conservatórias, das finanças e inclusivamente sentimo-lo na relação nos assuntos que a Câmara Municipal e seguramente com as outras Câmaras Municipais, têm com as conservatórias, a tratar dos seus próprios assuntos, o tempo que demora.-----

--- É uma reclamação, vamos naturalmente fazer de que os serviços públicos sejam dotados no mínimo de pessoal que lhe permita dar sequência aquilo que é o seu trabalho e eu diria que é perfeitamente legítimo, nós temos sido e, não vale a pena estar a escamotear isto, temos sido perfeitamente afastados do investimento público nacional, é um facto, e, portanto, se também a isso se somar não dotarem as instituições dos recursos humanos que são necessários, é evidente que o problema fica muito mais agravado.-----

--- Nós vamos colocar essa questão, penso que cada um dos colegas o fará individualmente nas suas câmaras, mas é esta responsabilidade que nos calha, vamos pôr o problema de uma forma global.-----

--- Depois, em relação à segunda questão que foi aqui colocada, da Feira do Queijo, nós temos interesse em fazer eventos que tenham um carácter global da CIM, só nos agrada isso, eu estava aqui até a pensar, não foi sugerido, que isso podia ser um assunto para divulgar na BTL, calha mesmo na altura e, portanto, acho sempre que o produto queijo é sempre lá muito divulgado, mas como também há uma série de iniciativas que têm de ser conciliadas, lembro-me, por exemplo, de uma iniciativa que é feita ali no âmbito da CIM da Beira e Serra das Estrelas, que tem alguns municípios deste lado, e que fazem na nossa diáspora, nos Estados Unidos, um evento muito grande sobre queijo da serra.-----

--- É uma ideia que fica, nós vamos registá-la, vamos ver o que é possível fazer com este produto endógeno, como foi dito, é de especial importância. Eu confesso, que no período da Páscoa, levar, eventualmente, um certame destes para Lisboa ou Porto, é, digamos, ainda contribuir para o centralismo, eu não gostaria muito disso, os lisboetas e os portuenses que venham até

Assembleia Intermunicipal

aqui, acho que a distância é a mesma, embora eles estivessem habituados desde há muito, a que a distância daqui para lá é muito mais pequena do que de lá para cá, mas têm que se habituar, que é a mesma e, portanto, que venham ver o certame aqui, no sítio de origem, acho que fica muito bem.-----

--- Depois, disse uma coisa importante, e eu falo nisto mais à vontade, porque também já o tratei no âmbito do Conselho, que tenho responsabilidades acrescidas, o problema da cobertura, ou da falta dela nos territórios. -----

--- É um problema que a ANACOM, e já agora deixem-me dizer, com certeza que os colegas, se o entenderem, podem seguir também esta decisão que tomámos aqui, nós convidámos um elemento da ANACOM para vir às nossas reuniões descentralizadas de Juntas de Freguesia e ouviu de viva voz dos Presidentes de Junta onde é que tinham problemas, nomeadamente alguns Presidentes de Junta disseram *“olhe que aqui, vá ali para fora e experimente e não tem telemóvel”*, portanto, eu acho que a melhor forma é isso, é confrontá-los com isso. -----

--- É convidá-los para uma reunião descentralizada nos vários concelhos e colocar-lhe a questão, e mais, acho que é uma forma eficaz porque são confrontados com as populações, com os seus representantes, porque senão vêm dizer ao Presidente da Câmara, ao Presidente da CIM, vamos fazer isto, nós temos de o retransmitir, e é sempre muito mais complicado.-----

--- Ora, e confrontados com as pessoas, com os seus representantes mais próximos, põem-lhes os problemas, como nós fazemos, como disse, nas reuniões descentralizadas de Junta, e deixem-me dizer, porque é um caso que tenho em mãos, a última vez que estive cá um simpático elemento da ANACOM, da facto extremamente simpático e conhecedor, prometeu uma série coisas, que nós agora verificámos que ainda não se realizaram, eu vou voltar a convidá-lo e, ele já sabe a esta hora, que a próxima vez não o convido para vir dizer a mesma coisa na reunião descentralizada, vamos ao local, que eventualmente tem falta de cobertura, para ele testar lá no local e para arranjar soluções para isso. É uma tentativa de solução que gostaria de partilhar convosco.-----

--- Depois a última questão, este problema da seca é de facto complicado, nós não estamos ainda, não é que possamos dormir à sombra da bananeira. O que é que eu acho que pode ser o plano que pode ter uma CIM, mas que também não depende da sua disponibilidade, assenta numa regra extremamente simples, ou numa constatação, nós andamos aqui durante três meses, quatro meses, cinco meses a deitar a água para o mar e depois andamos aí com os meses de penúria, eu só vejo uma solução, não sou especialista, é represá-la, mas há para aí uns fundamentalistas que são anti barragens, são anti barragens porque a têm lá, corre daqui para

Assembleia Intermunicipal

lá, apanham-na lá e não têm problemas, e portanto, eu acho que a única forma é repor algumas barragens que foram anunciadas e que não viram a luz do dia.-----

--- Portanto, nós estamos à espera aqui de uma solução, não cobre todos estes concelhos da CIM, mas estamos convencidos que a barragem de Fagilde vai ser uma realidade e isso é uma grande ajuda no combate à seca. -----

--- Mas, deixem-me dizer uma coisa que eu não sabia e que os especialistas me transmitiram, foi uma grande novidade, tenho de o confessar, esta região não tem água própria para o seu consumo, ao contrário do que eu pensava, eu pensava que tínhamos muita água, portanto, nós vamos ter de a represar, a água que apanhamos não chega para aqui, tem de vir de outros lados.

--- Nós estamos com grandes esperanças em concluir esta rede, que vai ser única no país. Esta rede, tem tido alguns sobressaltos, não vale a pena estar a escondê-los, a ciclovia do Vouga, ainda há bocadinho, em reunião que tivemos, apontámos que ela vai ter de abrir no verão, sem falta, e portanto, nós vamos ficar, e é bom que tenhamos também esta ideia, com a maior ciclovia do país e uma das maiores da Europa, porque ela vai ligar Aveiro a Viseu, Viseu a Santa Comba Dão e depois vai seguir para o Baixo Mondego, é disso que estamos a falar. -----

--- Portanto, vamos ficar com uma via ciclável de grande dimensão, que nos pode ajudar muito e seguramente o turismo dará conta disso. -----

--- Para me calar, eu sou de uma aldeia onde passa a ciclovia do Dão, começou um pequeno investimento à beira da linha e que se foi dinamizando e agora já estão a nascer uns bungalows, exatamente porque os ciclistas, ou os futuros ciclistas, já têm um espaço ou uma distância tão grande que possivelmente terão de pernoitar em alojamentos que haja junto à via ou fora dela, mas se a quiserem fazer toda já não dá para a fazer de uma vez, têm de pernoitar, já há gente atenta a isso e a fazer, a prevenir-se, a fazer bungalows, e que está a pensar alugá-los rapidamente, enfim, é uma boa alavanca de desenvolvimento, esta das ciclovias e portanto, nós vamos aproveitá-las, porque tivemos o condão de ficar privados do comboio, ao menos aproveitá-las para serem utilizadas. -----

--- Já agora, de vez em quando há aí uns teóricos que dizem que com a ciclovia acabámos com o comboio, não foi nada disso, as ciclovias tiveram um condão, foi o de preservar o canal se quiserem fazer a ferrovia, pelo que é um investimento importante para a região”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, só dar aqui um esclarecimento relativamente às duas questões, uma relacionada com o Plano de Ecovias Viseu Dão Lafões, assim, nós temos a Ecopista do Dão com cinquenta quilómetros, estamos agora a terminar a Ecopista do Vouga,

Assembleia Intermunicipal

que liga, atrás do Tribunal de Viseu, à Ecopista do Dão, onde soma aos cinquenta quilómetros mais sessenta e cinco quilómetros, e estamos também, com a nossa congénere da CIM de Coimbra, a trabalhar e a ser já construída, a Ecovia do Mondego, que liga em Santa Comba Dão, na Estação do Vimieiro. Mas, não obstante estes três projetos, um já concluído e dois em fase de conclusão, a CIM tem vindo nos últimos anos a fazer uma aposta muito clara naquilo que é um produto compósito de turismo de natureza, assente na principal porta de entrada que é a Ecopista do Dão, e depois, obviamente naquilo que são os percursos pedestres, temos mais de mil e setecentos quilómetros sinalizados de percursos pedestres, circuitos trail e circuitos BTT.

--- O projeto que penso que a Senhora Deputada se estava a referir exatamente, é um novo projeto de Ecovias Viseu Dão Lafões, é um projeto em que estão junto vários municípios da Comunidade Intermunicipal, que é exatamente para fecho deste anel e para fecho da rede onde este plano de ecovias irá depois ligar às infraestruturas já existentes, ganhando, aqui, obviamente escala e fazendo a combinação cruzada com os outros recursos turísticos e produtos turísticos que a CIM está a desenvolver. Relativamente, ao ponto de situação desse projeto, em concreto, a CIM já adjudicou o estudo prévio para esse mesmo projeto e já houve a reunião de lançamento com todos os Senhores Presidentes de Câmara e agora esse estudo prévio está, juntamente com as Câmaras Municipais e com a CIM, na fase de definição dos locais e os caminhos por onde irá passar essas mesmas ecovias. -----

--- Relativamente ao projeto do StopWaste, é um projeto recentemente aprovado. A CIM ao longo dos anos, além das fontes de financiamento nacionais de fundos comunitários, tem tido a ambição de fazer candidaturas, também, diretamente à Comissão Europeia, a vários programas comunitários, um desses foi este último, o projeto Interreg. Temos um projeto de 1,7 milhões de euros aprovado, em que a Comunidade Intermunicipal é líder desse mesmo projeto, com outros parceiros europeus, da Lituânia, dos Países Baixos e também da Roménia, e, portanto, é um projeto que assenta muito na economia circular, naquilo que é a produção de resíduos, e tem muito a ver com a questão, que é estratégico hoje para a Comissão Europeia, e neste quadro financeiro plurianual, que passa muito por mudar um bocadinho o paradigma, isto é, em vez de estarmos a trabalhar e investir no tratamento dos resíduos, começarmos a trabalhar na prevenção da produção desses mesmos resíduos, e portanto, é este o driver da candidatura e foi feita a reunião de kick off do projeto em Estocolmo agora, no final de fevereiro, e agora vão-se começar a desenvolver as atividades com os nossos parceiros europeus e onde obviamente aqui, a Comunidade Intermunicipal, também tem parceiros na nossa região, nomeadamente o Instituto Politécnico, empresas ligadas à produção de resíduos e outro parceiro que associámos

Assembleia Intermunicipal

foi a Associação de Municípios do Planalto Beirão, mas é a CIM que lidera esse projeto de mais de 1,7 milhões de euros”.

--- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos – 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 12 de dezembro de 2022 e o dia 11 de abril de 2023, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Eu em relação ao relatório propriamente dito não tenho nada de especial a apontar, poderia sempre querer uma ou outra coisa, mas enfim o relatório traduz o que foi mais ou menos desenvolvido, mas não quer deixar de me referir, e como dizia há bocado a nossa colega Dr.ª Ana Paula Santana, eu também vou voltar a um assunto, que é a terceira vez que o faço aqui, e chama-se fundos comunitários. Os que estiveram presentes, provavelmente lembrar-se-ão do que disse na última Assembleia e os últimos dados disponíveis que existem publicados em relação ao PO Centro 2020, são os do boletim de fevereiro. Em relação a dezembro a nossa CIM teve um aumento de execução nos projetos municipais de 1,4 %, o que nos deixa na mesma a cerca de 12% das outras sete CIM’s que têm mais baixa taxa de execução. Nos projetos do Pacto para o Desenvolvimento Territorial nós continuamos, como CIM, no último lugar, embora aqui as diferenças para os outros sejam muito pequenas. Ora bem, isto é algum motivo de preocupação e eu sei que pode haver várias razões, uma delas é comum aos municípios, é comum à CIM, é comum às obras do Governo, que são as dificuldades que está a haver para se executar, a falta de materiais, as subidas de preços, etc.

--- Outra pode ser, e eu gostaria de ter informação sobre isso, se porventura há projetos aprovados e, por exemplo, há termos de aceitação por emitir, e há atrasos significativos, isso condiciona obviamente o pôr a obra no terreno, é que nós, por acaso, estamos a meio do último ano do quadro, claro que aqueles que tiverem iniciado, podem depois continuar, ainda algum tempo, mas 54,4% a meio ano do fim é lugar para termos algumas preocupações, mesmo que haja overbooking no conjunto das candidaturas apresentadas. E, portanto, o que eu gostaria de saber, de facto, é que razões, para além daquelas que obviamente há de atraso de obras, com questões diversas, pode haver para esta situação e por isso mesmo, como entendo que o papel desta Assembleia, não é de um mero órgão retificativo, eu gostaria de saber em pormenor o que é que se passa com cada um destes projetos, e por isso, eu lerei depois, tenho aqui um requerimento à Mesa, porque acho que é assim que deve ser feito, para obter informação detalhada, por município, por projeto e por projeto da coesão, para me serem fornecidas as

Assembleia Intermunicipal

execuções, para tornarmos claro onde é que os problemas são maiores, não estou a julgar ninguém, estou apenas interessado em saber como é. Antes de ler o requerimento, já agora porque se prende com isto, e a minha preocupação é que quando nós não temos as taxas de execução que todos gostaríamos, podemos ser penalizados na execução futura, no quadro seguinte, gostaria de saber qual é o ponto de situação neste momento em relação à definição das linhas montantes e que perspectivas temos em relação ao PO 2030, a nível da área da CIM e em relação aos elementos que peço no requerimento, estou a pedi-los porque sei que houve uma reunião do Conselho Intermunicipal com a CCDRC, em que este assunto foi tratado e foi discutido, e, portanto, como as reuniões e os próprios documentos do Conselho Intermunicipal são públicos, gostaria de ter essa informação.-----

--- O requerimento que vou deixar na Mesa diz o seguinte: *“Nas duas últimas Assembleias levantei algumas questões sobre a execução dos projetos municipais financiados por fundo públicos comunitários no âmbito da área da nossa CIM, que segundo os dados disponibilizados no Boletim do PO Centro 2020, têm a taxa de execução mais baixa das oito CIM’s da Região da CCDRC. -----*

--- *No último Boletim publicado, o referente a fevereiro de 2023, a situação mantém-se em termos relativos, com uma subida da taxa de execução modestíssima de 1,4% em relação a dezembro, sendo a 28 de fevereiro 54,4%, quando estamos no último ano do previsto para o Centro 2020. -----*

--- *Idêntica situação relativa de execução se verifica nos projetos incluídos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da área da CIM, em que há também a taxa de execução mais baixa das oito CIM’s da Região, ainda que a menor distância das restantes CIM’S.-----*

--- *Assim, sendo a CIM organismo de gestão intermédia para os Projetos com cofinanciados por Fundos do PO-Centro2020, tendo em conta que decorrei uma reunião com autarcas, CIM e CCDRC em que a execução individual por Município e por projeto de Coesão foi abordada e não constando do Relatório de Atividades qualquer informação específica sobre esta situação de interesse relevante para a área da CIM, venho requerer nos termos da Lei nº 75/2013 que através da Mesa me seja fornecida:*

--- *1 – Informação discriminada por município da taxa de execução por projeto aprovado com cofinanciamento do Programa Centro 2020; -----*

--- *2 – Informação discriminada sobre a taxa de execução dos projetos com cofinanciamento do Centro 2020 incluídos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial na área da CIM Viseu Dão Lafões”. -----*

Assembleia Intermunicipal

--- Entrego à Senhora Presidente, sabendo que estes projetos não são essencialmente de responsabilidade de execução do Secretariado Intermunicipal e da CIM".-----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2022, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: "A apresentação de contas, são as que constam de relatórios que entidades, nomeadamente os revisores fizeram, eles foram distribuídos previamente, são contas, eu há bocado numa discussão, digamos um pouco análoga a esta dizia, um indivíduo quando vai ao supermercado e quando compra coisas, na altura pode fazer a avaliação, isto é caro, depois quando chega a altura de apresentar as contas é o que lá está, das duas uma, ou elas estão bem, ou digamos têm alguma, o que não é o caso, de quem as fiscaliza, de quem as vê, o revisor oficial de contabilidade e aquilo que ele diz é que as contas estão bem feitas e não foram identificadas nenhuma incorreções materiais, portanto, as contas estão bem". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: "Nós não estamos aqui, e eu vou votar favoravelmente as contas que estão aí, que fique claro, mas o papel desta Assembleia, eu disse há bocado que isto não é uma Assembleia retificativa, isto é uma Assembleia que tem características políticas, portanto, a apreciação que se pode fazer das contas, e eu nem sequer vou fazê-la porque não me merecem reparo, merece-me apenas uma discordância da sua posição, é para isso que estamos aqui, nós estamos a fazer mais que a verificação dos dados contabilísticos, esta é a nossa função enquanto assembleias deliberativas, vai me desculpar, o que não tem a ver com o facto de haver quem seja técnico especializado na contabilidade e que preenche documentos com programas e um revisor oficial de contas. O problema que aqui se pode pôr é se estamos ou não, em termos de resultados e opções, se estão espelhados nas contas, se estamos ou não de acordo. Eu como digo vou votar favoravelmente as contas, mas quer dizer, reduzir uma apreciação de contas, numa assembleia deliberativa, a uma simples apreciação dos números, eu não concordo".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: "Esta apreciação política faz-se na altura das Grandes Opções e, portanto, é aí que se faz a apreciação. Esta é a constatação se eventualmente fugimos aquilo que foram as Grandes Opções, mas contas são contas. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Não há contas vermelhas, nem contas laranjas, são contas, portanto, se tiverem alguma questão contra as contas, naturalmente, ou elas estão mal feitas, de resto se estão bem feitas eu não tenho, digamos, que apreciar, nem vejo que haja perspetivas diferentes, naturalmente, dando de barato que se possa fazer uma discussão política sobre as contas, eu não tenho essa perceção e não a farei, farei quando chegar a altura de apresentar as próximas Grandes Opções e o Orçamento, aí sim, aí faço opções de carácter, digamos, mais político, aliás político mesclado, porque eu represento aí os partidos todos. Mas de qualquer maneira é esta conceção que tenho, eu respeito quem tem outra conceção diferente, mas esta é a posição do Conselho Intermunicipal”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: “Apenas aqui uma pergunta, resultante das atividades, não propriamente das contas, mas das atividades do Conselho Intermunicipal, sabemos pelo relatório que houve três reuniões importantes, duas com dois ex-ministros, com a Senhora Ministra da Saúde, Marta Temido e com o Senhor ex-Ministro das Infraestruturas, Pedro Nunes Santos, e também sabemos que houve uma reunião importante com os Presidentes da Câmara de Coimbra e de Penacova, relativamente ao IP3, era para que o Senhor Presidente nos desse aqui a sua apreciação relativamente a essas três reuniões que ocorreram.-----

--- Relativamente às contas do exercício do ano de 2022, da parte da bancada do PSD nada temos aqui a obstaculizar e apenas congratulamos com as atividades que têm sido realizadas ao longo deste ano”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “De facto posso dar informações de reuniões onde estive presente, uma com a ex-Ministra Marta Temido, teve e ver com o Centro Hospitalar e não só, tinha também a ver com uma Unidade de Saúde familiar, que atrasou durante muito tempo, mas que já está em funcionamento, e, portanto, este foi o objeto da reunião.-----

--- Também tivemos uma reunião com o ex-Ministro, Pedro Nunes Santos, por causa do IP3, a que lhe juntava uma reunião com a CIM da Região de Coimbra e a CIM Viseu Dão Lafões. E gostaria de vos dizer o que é que levámos para essa reunião, levámos uma posição extremamente simples, das duas uma, ou é acolhida pela administração central, portanto quem tem a responsabilidade de pôr isto em ação, que tem ver com o seguinte, o IP3 tal como é apresentado tem esta tripla característica, 85 por cento são duas vias, por duas vias, doze por cento são duas vias, uma ou uma/duas vias, depende do sentido, e em três por cento é uma/uma, a aí é que está, digamos, o nó górdio, está nas duas, onde está duas/uma, ou

Assembleia Intermunicipal

uma/duas e onde está uma/uma, de resto tem perfil de autoestrada, não é autoestrada, mas tem perfil de autoestrada, que nos servia perfeitamente.-----

--- O que é que apresentámos nessa reunião, e que depois eu tive mais tarde oportunidade de colocar ao Senhor Ministro, foi um projeto que não colidisse com este e, portanto, estas da uma/uma ou uma/duas, acontecem entre Penacova e o nó de Santa Comba Dão e, portanto, aquilo que lhe fomos dizer foi uma coisa muito simples, apoiados por técnicos, dissemos-lhes assim, acabem as obras que estão no vosso plano, mas que por vistos também tardam em não acontecer, e façam uma via nova, duas por duas, nestes dois pontos, quando tiverem isto concluído é só unir e ficamos com quatro vias daqui para Coimbra, e, portanto, foi esta a posição que lá fomos levar.-----

--- E já agora dizer-vos também mais duas coisas, e não aceitamos que nos digam as dificuldades da orografia, eu lembrei-lhes isso, basta ir fazer aquela autoestrada do Carregado para Algés ou para Cascais, para verem que a orografia, agora com as técnicas que há, não conta nada, é uma zona lindíssima, mas com três vias de cada lado, aquilo que a gente não pediu e onde há vales há pontes, onde há montes há túneis, e, portanto, está resolvido o problema. -----

--- Eu não acredito que para aquela instância não se consiga fazer isso. Já agora uma outra coisa, até porque estive lá neste papel, que agora tenho aqui de CIM, eu acompanhei a Senhora Ministra da Coesão a Bruxelas, e quando tivemos oportunidade de reunir com a DG Regio, muitos assuntos foram colocados e eu perguntei, aliás era em tom de crítica à Comissão Regional da União Europeia, do Parlamento, mais concretamente, e da Comissão, porque é que tinham acabado com o apoio às vias de comunicação nesta altura, e dei-lhe a minha opinião, que mantenho hoje de forma mais reforçada, quando se acabou com o financiamento das rodovias nos fundos comunitários, para regiões como a nossa, acabou-se a maior assimetria e eu explico porquê, porque ela acabou quando as áreas metropolitanas e os litorais já estavam servidos. --

--- Ela acabou quando? -----

--- Acabou exatamente quando nós precisávamos e agora o que nos dizem é que já não há apoios para estradas. Gastaram-no aonde não deviam, é um facto, mas eu perguntei-lhe se isto não tinha exceções e o Senhor disse, à frente dos Presidentes de todas as CIM's e da Ministra, que dependia da argumentação, da forma como justificassem a excecionalidade e eu lembro-me que, uma das coisas que lhe disse foi que seguramente há uma série de coisas que poderiam justificar esta exceção, são as duas maiores cidades do interior que carecem de ser ligadas e se não houver mais nenhuma consideração a este favor, vou-lhe dar uma última, o Presidente da

Assembleia Intermunicipal

República foi inaugurar uma feira à minha cidade e recusou-se a vir pelo IP3 por falta de segurança, não foi recusou-se, escolheu outra via por falta de segurança. -----

--- Se precisam de mais alguma razão adicional para fazer o IP3, o IP3 não se faz por falta de vontade política. Vale a pena escamotear isto, eu não trouxe, nem vale a pena, mas eu tenho a cópia da primeira página de um jornal, com um Primeiro-Ministro, com responsáveis locais, a cumprimentarem a população e a dizerem que em 2008 ia ser terminada a autoestrada e juntavam-lhe ainda o IC12, não sei se ainda se chama assim a ligação de Santa Comba Dão a Mangualde. Era isto tudo que ia ser feito, em 2008, estamos em 2023 e temos o IP3 na mesma, eu espero que não aconteça uma das coisas que eu prevejo que vá acontecer, que dentro de pouco tempo se anuncie a ligação entre Viseu e ali a zona de Treixedo, essa é a mais fácil de fazer, mas eu já há muito tempo que papas e bolos não como e, portanto, só se me garantirem que já está resolvido aquele problema em Santa Comba, para não termos que ter uma via com quatro vias que vem aquela ponte fatídica e eu aí nem que me puxassem, porque era Presidente da Câmara quando morreram lá catorze concidadãos meus, com um autocarro, e, portanto, e que não me venham justificar que é por causa de umas termas, porque as termas, seguramente, ficavam muito melhor servidas por autoestrada, com tal, não vejo que haja umas termas que impossibilitem a construção de uma autoestrada, antes pelo contrário. -----

--- Ainda há pouco ouvimos dizer, não foi há muito tempo, foi pela atual Ministra da Coesão, por quem tenho muita consideração, que iam duplicar a ligação entre Castelo Branco e as Termas de Monfortinho, não vai haver nenhuma colisão para as Termas de Monfortinho, antes pelo contrário, terão mais utilizadores. Portanto, nós estamos à espera de uma situação destas para resolver o problema do IP3, que se arrasta inexplicavelmente. -----

--- Não tenho mais nenhuma consideração a fazer, mas acho que já dissemos tudo aquilo que havia para dizer sobre o IP3. Curiosamente, e apenas para terminar, quem esteve presente foram todos os concelhos da CIM de Coimbra e de Viseu Dão Lafões que eram atravessados pelo IP3".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 41 deputados presentes.-----

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2023, de acordo com a Informação de Serviço n.º 914/2023, de 11 de abril, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal não tem grandes alterações relativamente ao Mapa de Pessoal que foi aprovado em sede de Orçamento Ordinário, tem basicamente uma alteração em duas unidades da CIM, nomeadamente a Unidade de Mobilidade e Transportes, dada a complexidade e também cada vez mais a dimensão de trabalho desta unidade, de a capacitar com mais recursos humanos, e também, por outro lado, a Unidade de Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, nomeadamente das nossas Brigadas de Sapadores Florestais, porque é uma Unidade e uma atividade que tem muita rotação de funcionários e, portanto, há aqui a necessidade de voltar a abrir um processo de recrutamento para completar as duas brigadas de sapadores florestais que são constituídas por vinte e oito elementos”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: “Eu só pedi para intervir neste ponto por um aspeto que eu penso que pode ter alguma relevância. Não coloco em causa o reforço de pessoal, porque naturalmente todos sabemos que estão a ser feitas transferências de competências para as CIM’s e, com isso, claro que há mais tarefas, há mais serviços a executar e, logicamente, será necessário mais pessoal. Portanto, quanto a isso não há qualquer objeção, no entanto, há aqui um pormenor que eu gostaria de realçar para colocar um alerta, que é o seguinte. Já foi dito, logo na sua intervenção inicial, pelo Senhor Presidente do Conselho, que hoje ninguém coloca em causa a importância das CIM’s, portanto, e o significado disso mesmo no desenvolvimento dos territórios e de todos os concelhos. No entanto, pode sempre haver um ou outro aspeto de pormenor que pode levar a que haja aqui algum elemento perturbador do desenvolvimento harmonioso dos diversos concelhos e eu creio que a questão de pessoal possa ser uma delas. A CIM está a atingir dimensões significativas, provavelmente ainda insatisfatórias, provavelmente ainda irá crescer mais, e isto leva a que haja uma certa fixação assimétrica de pessoas pelos diversos concelhos, de acordo com os sítios onde são localizadas as instalações dos serviços e das funções que por ela são desempenhadas. -----

--- Por outro lado, quando se lê na nota que nos é apresentada, que dá-se preferência ao recrutamento direto das câmaras municipais para a Comunidade Intermunicipal, isto também trás um benefício acrescido para aquelas câmaras onde sejam instalados esses serviços, desde logo porque não vejo ninguém de concelhos distantes daqui do centro a pedirem para serem transferidos para a CIM, mas vejo muita facilidade em pessoas que pertençam à Câmara de Viseu ou de Tondela, onde se situam os serviços, a pedirem essa transferência. E onde é que está aqui o benefício para a Câmara Municipal? Precisamente, desde logo, porque se as pessoas saem da

Assembleia Intermunicipal

câmara para a CIM deixam de ser um encargo na despesa da câmara municipal, portanto, isto é um benefício. E também porque ao saírem de uma determinada câmara para a CIM, logicamente também vão abrir vagas onde a câmara municipal poderá recrutar outros funcionários, outros técnicos, eventualmente mais adaptados às novas necessidades de uma câmara municipal. Tudo isto evolui, tudo isto tem o seu desenvolvimento e é lógico também que algumas câmaras possam efetivamente ter este duplo benefício. Portanto, a minha intervenção tem só a haver com o seguinte alerta à CIM, no seu geral, que tenha este aspeto em conta também quando houver outras questões para refletir e distribuir sobre os vários concelhos que integram o território".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: "Uma opinião apenas pessoal, esta localização dos serviços, nós podíamos questionar muita coisa, podia questionar, por exemplo, porque é que a CIM não está em Viseu, mas isso foi decisão na altura e, portanto, está no sítio onde se escolheu e é natural que os trabalhadores trabalhem nesse sítio. -----

--- É uma vantagem, pode ser uma vantagem, seguramente, mas não há outra forma de o fazer, senão tínhamos de os espalhar pelos catorze concelhos. Agora há uma coisa que eu não percebi, a saída de um funcionário para a CIM é um benefício para a câmara? Eu só deixo sair um funcionário se não o puder impedir, porque, em princípio, os que lá tenho servem-me. -----

--- Eu acho é até o contrário, e ó contrário também, também recebo funcionários da CIM que pedem a mobilidade. Eu diria que há aqui um fator de equilíbrio e também não vejo que uma câmara fizesse isso propositadamente e a CIM também não aceitava, aqui o Secretário Executivo, de certeza, senão isso dava-me um jeitão, se eu pudesse mandar alguns funcionários para a CIM. -----

--- Eu só estava a tentar esclarecer aquilo que disse, mas que é inevitável, esta distribuição assimétrica dos funcionários, nem pode ser de outro modo".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: "É evidente que do lado da CIM também haverá algum escrutínio à chegada, mas isso depende se houver excedente em relação ao número que é necessário, porque como está uma nota a dizer que preferem os funcionários da câmara, a CIM se chegarem pessoas vindos da câmara não pode, até aquele número, não pode excluir, não pode impedir, pode é, quando muito, selecionar dentro delas. Agora aonde é que está o benefício para a câmara? Senhor Presidente do Concelho, eu não estou a dizer que sejam as câmaras a empurrar funcionários, de todo, se foi isso que dei a entender, fiz-me entender mal, e, portanto, justifica-se este esclarecimento. Isso

Assembleia Intermunicipal

naturalmente parte dos funcionários. É evidente que, também, já agora acrescento, aqueles funcionários que estão mais motivados dentro de um serviço, independentemente de ser uma câmara, de ser qualquer serviço público ou até privado, aqueles funcionários que estão mais motivados num serviço, não são esses que vão querer sair desse serviço, portanto, todos nós conhecemos o funcionamento do serviço. Os funcionários que vão querer sair são aqueles que se sentem “maltratados, que se sentem injustiçados” e em todos os serviços há funcionários assim, não somos inocentes e não vamos esconder isso, e provavelmente serão esses funcionários que vão. Não é a questão da qualidade dos funcionários que está aqui em causa, independentemente disso, o que eu estou a dizer é que será mais fácil haver este tipo de situações numa câmara próxima de serviços da CIM. Eu nomeei duas câmaras, mas nem sei, e daí eu deixar como alerta e não como uma sugestão, porque efetivamente não sei onde é que estão os serviços instalados, não sei onde é que os funcionários, as pessoas, as famílias poderão fixar-se em função disso, mas não deixo de sentir a necessidade de deixar aqui este alerta. ----

--- Ou seja, se de facto isto vier a acontecer, haver uma transferência significativa de alguns funcionários, e quando falamos em significativa é evidente que este termo significativo é relativo, porque saírem dois ou três funcionários de uma Câmara como Viseu, não é o mesmo que saírem dois ou três funcionários de uma Câmara como Penalva, portanto, tudo é relativo e as necessidades também são diferentes de umas câmaras para as outras. Fixar-se mais uma família ou duas no concelho de Viseu, não é o mesmo que fixar-se mais uma família ou duas no concelho de Penalva. Portanto, também todos temos essa noção. Tudo é relativo, daqui que efetivamente, e reitero, as câmaras municipais onde se instalarem os serviços da CIM, essas câmaras terão algum benefício ainda que não seja despoletado por elas, nem pela CIM. E a naturalidade da evolução destes quadros de pessoal, mas a acontecer é bom que se tenha presente e que de alguma forma os outros municípios que não têm esse benefício possam ser de alguma forma compensados”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “Este problema é mais vivido pelo Secretário Executivo, eu queria dizer que, estamos a falar de pessoal, mas os fundos, os orçamentos também não são distribuídos da mesma maneira e, portanto, eu diria que já aí há uma discriminação a fazer, dou-lhe um exemplo para ficarmos por aqui, nos fundos comunitários se eu distribuir fundos per capita, um cidadão do meu município recebe um terço de um cidadão de Penalva”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Uma questão prévia, a CIM e os serviços da CIM, quando perdem um funcionário,

Assembleia Intermunicipal

ou por ele sair para um município, ou até para a privada, é com muita pena minha e para a CIM é um prejuízo, é um prejuízo porque perdemos um funcionário que precisamos dele e vamos a seguir ter que voltar a contratar um funcionário para esse mesmo posto de trabalho, com o custo que vamos ter de o formar e de o capacitar para desempenhar essa função. Segunda questão, tem a ver com a localização, dar nota aqui que a CIM tem serviços, nomeadamente nas Brigadas de Sapadores Florestais, tem uma base em Castro Daire, tem também uma base no Sátão e tem uma base em Tondela e a criação dessas bases foi definida por critérios de localização tendo em conta, exatamente, momentos de resposta em termos de proteção civil, e, portanto, nestas bases onde está o Sátão e Castro Daire temos um conjunto de colaboradores, também de Penalva do Castelo, do Sátão, de Castro Daire e de um conjunto de municípios ali à volta, obviamente aqui o facto de as bases estarem lá, nomeadamente as Brigadas de Sapadores Florestais espalhadas pelo território, onde foi desenhado em termos de proteção civil a localização dessas mesmas brigadas". -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 41 deputados presentes. -----

-- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2023, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: "Normalmente isto são situações que ocorrem todos os anos, tem a ver com revisões orçamentais e normalmente para justificar, e digo isto à vontade, porque na minha última reunião de assembleia trouxemos exatamente os pontos semelhantes. -----

--- É para integração do saldo de gerência do ano anterior e depois para fazer alguns ajustes de dotações orçamentais e também para prover, digamos, alguma receita para novos projetos e ainda a possibilidade, como aqui é o caso, de anular uma receita, que pelos vistos estava prevista e que agora vai ser anulada por constatação de que ela não vai ocorrer. -----

--- Portanto, são as justificações para se fazer a 1ª alteração modificativa". -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 41 deputados presentes. -----

--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de decisão de autorização da despesa relativa ao contrato de serviço público a celebrar na

Assembleia Intermunicipal

sequência do concurso público para a contratação de serviço de transporte rodoviário de passageiros na Região de Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Dar aqui só uma nota relativamente a este ponto, em que após aprovação no Conselho Intermunicipal, sobe aqui à Assembleia Intermunicipal a proposta de autorização da despesa plurianual no âmbito do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros, que a CIM vai lançar. Aproveitando este ponto, obviamente para dar também um ponto de situação relativamente a este processo, a CIM recebeu, recentemente, o parecer prévio vinculativo do regulador, da Autoridade de Mobilidade e Transportes, para lançar o concurso público internacional para a prestação de serviços de transporte público de passageiros. É um contrato que vamos rapidamente, e hoje se acontecer esta aprovação aqui na Assembleia, na próxima reunião do Conselho Intermunicipal, no próximo dia dois de maio, vamos também aprovar o caderno de encargos e programa de concurso para rapidamente lançarmos o procedimento concursal publico internacional -----

--- Um procedimento concursal, que como os senhores deputados devem estar lembrados já é o segundo, nós lançámos o primeiro ainda no ano de 2019, aliás, fomos na altura a terceira Comunidade Intermunicipal do País a fazê-lo, mas, na altura, o concurso ficou deserto, entretanto veio o covid, muito mudou no transporte público de passageiros na região e no País e houve de facto necessidade de fazer esse ajustamento, nomeadamente ao estudo de viabilidade económico financeira e tudo o que presidiu aos pressupostos desse mesmo estudo. Dar nota que a CIM vai fazer aqui uma inflexão relativamente à proposta anterior, a CIM não vai agora entrar num processo de concessão, vamos lançar um procedimento baseado numa prestação de serviços, em que temos esperança de que essa inversão e de essa modalidade de prestação de serviços torne o concurso da Comunidade Intermunicipal e da região mais atrativo para outros operadores, e não só os incumbentes que estão no nosso território a trabalhar. Vai ter uma duração de cinco anos, o número de estimado de autocarros que vai estar neste concurso são cerca de cento e trinta e sete. Dar nota que a CIM desde que está a gerir a Rede de Transportes Públicos da região e a CIM gere toda a rede de transportes da região, com exceção, obviamente, em Viseu do MUV e com exceção da Rede Expressos, de resto gere toda a rede de transportes, o transporte escolar e também muitas carreiras inter-regionais.-----

--- Portanto, temos cerca de cento e trinta e sete autocarros, dar nota que nós, em setembro do ano passado, fizemos uma otimização relativamente aos horários de início das escolas, o que permitiu à Comunidade Intermunicipal reduzir em cerca de trinta e três autocarros que estão

Assembleia Intermunicipal

em hora de ponta a sair para cada um dos territórios e que leva a uma poupança de cerca de quinhentos mil euros ano em obrigações de serviço público. Vamos contratar mais de 4,3 milhões de quilómetros, vamos colocar no caderno de encargos, também, a idade média da frota mais baixa do que aquilo que temos atualmente. Todos os autocarros irão ter ar condicionado, ter WiFi, todos vão estar georeferenciados por GPS para também aqui darmos, obviamente, uma questão de modernidade e para o utilizador, haver aquilo que hoje já existe em muito lado, que é as plataformas, para pudermos de facto saber onde é que está o autocarro e a que horas é que ele chega a determinada paragem e este contrato, nos cinco anos, vai ascender a mais de cinquenta milhões de euros, a um valor de dez milhões ano, tendo em conta, obviamente aqui, tudo que tem a ver com receita de bilhética, com passes escolares e também com obrigações de serviço público.-----

--- Dar nota, também, que temos de facto muitas aspirações neste concurso, é um concurso que está a ser já trabalhado na Comunidade Intermunicipal e com cada um dos municípios, a algum tempo a esta parte, e além deste serviço vamos também colocar a concurso duas linhas urbanas, a linha urbana em Mangualde e também em Tondela.-----

--- Relativamente a esta questão do transporte público de passageiros, só dar aqui uma nota que, a CIM lançou à cerca de um ano e meio atrás, um serviço de transporte flexível, denominado *Ir e Vir*. Este transporte público flexível *Ir e Vir* tem-se vindo a assumir claramente como um verdadeiro projeto de coesão territorial na nossa região, dar nota que nós temos três níveis de serviço neste transporte *Ir e Vir*, temos o transporte municipal que é da aldeia, da povoação para a sede do concelho, temos o serviço intermunicipal que liga sedes de concelho e temos também o serviço de ligação ao Intercidades, ao comboio, portanto, tudo com base no serviço do táxi. Tem-se revelado um grande sucesso, nós transportamos, mais de mil passageiros por mês neste serviço, até à data de hoje já ascende a mais de nove mil passageiros que nós transportamos em táxi, e, portanto, dar nota aqui de que cada vez mais este transporte *Ir e Vir* se assume, sempre numa lógica de complementaridade ao serviço público de transporte de passageiros, a custos muito menos onerosos do que seria colocar lá uma carreira para transportar estas pessoas e cada vez mais este serviço de transporte flexível, de facto, afirma-se como um projeto de coesão territorial e tem vindo a mudar a vida das pessoas, em que basta ligar para a Comunidade Intermunicipal no dia anterior para ativar esse serviço de transporte flexível com base em táxi.-----

--- Aproveitando este ponto, que é a autorização da plurianualidade deste encargo e do lançamento deste concurso, aproveitei também para dar aos Senhores Deputados informação

Assembleia Intermunicipal

sobre o estado da arte do que é este concurso público de transporte de passageiros e, também o transporte flexível que a CIM tem vindo a desenvolver no território". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: "Este processo dos transportes, quem me conhece aqui a algum tempo, tem sido uma das minhas guerras, e fico muito satisfeito pelo desenvolvimento que teve o *Ir e Vir* e penso que tem condições para ter mais, aliás à medida que vai sendo conhecido vai tendo mais adesões, começam também já pessoas a perguntar porque não há ao fim de semana, porque também era preciso, e também daria jeito, e conheço e, de facto, pessoas com quem estou envolvido têm tirado muito partido do *Ir e Vir*, pessoas extremamente isoladas e que de facto passaram hoje a ter possibilidades, de uma forma confortável, a aceder às sedes de concelhos e, portanto, eu acho que é um projeto extremamente valioso e acho que é de facto um projeto que também contribui para a economia local, porque de facto a rentabilização das empresas de táxis que existem nas nossas comunidades, também é importante para a fixação de pessoas, porque os táxis nas nossas comunidades representam um apoio social de extrema importância e de extrema proximidade. Portanto, acho que é de todo o interesse e de toda a coesão social manter estas empresas ativas e vivas nos nossos territórios. -----

--- Uma questão que eu gostava de pôr aqui, tem que ver com um problema que está por resolver nos transportes públicos, mas que é um dos problemas da acessibilidade. Neste momento estamos todos, o Estado português tem, na acessibilidade como em muitas coisas, o hábito de fazer leis que não consegue cumprir, mas não é só na acessibilidade, mas no conjunto da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos transportes, etc, há um conjunto de leis que, obviamente, não temos meios para cumprir, não vale a pena às vezes sempre tão ambiciosos, mas também penso que seria tempo neste concurso, ou em outros que venham a seguir, de começarmos a introduzir exigências também nos transportes em relação à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, porque, eu como trabalho nessa área, conheço pessoas que às vezes têm transporte, só não conseguem lá entrar e isto penso que é uma das questões, que até enquanto sociedade e enquanto civilização, acho que neste momento a construção dos autocarros, já não é mais caro fazer um autocarro com uma rampa de acesso, do que sem ela, portanto é uma questão mesmo já de engenharia, já é questão também de responsabilidade social e penso que é uma das coisas em que deve ser dado um passo, porque a gente só dá conta disso quando fica manco". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve: "Venho aqui reiterar um bocadinho também o que já foi dito pelo Senhor Deputado que me

Assembleia Intermunicipal

antecedeu, porque queria agradecer as informações que o Dr. Nuno Martinho, o Senhor Secretário Executivo, aqui nos trouxe que são muito importantes do meu ponto de vista e queria sublinhar exatamente, tal como quem me antecedeu, este bom resultado deste projeto do transporte *Ir e Vir* que tem vindo a resultar e também me junto a subscrever, que naturalmente, iniciativas deste género precisam de tempo, também para indo sendo conhecidas, para naturalmente crescerem. Na verdade, o transporte flexível é cada vez mais, e sobretudo para territórios como uma grande parte do território da CIM Dão Lafões é de baixa densidade, são soluções cada vez mais, digamos, apontáveis como as que melhor servem os cidadãos e, portanto, estamos, diria, a andar bem nesta temática dos transportes. -----

---Gostava aqui de deixar, porque o Senhor Presidente, Dr. Fernando Ruas, Presidente do Conselho Intermunicipal, teceu algumas considerações que eu acompanho, genericamente. Mas o que gostava era que esta Assembleia também refletisse um pouco sobre algumas notas que quero dar e não é verdadeiramente a querer esticar esta Assembleia até à hora de jantar, que isso seria seguramente maçador para todos, mas dizer com muita franqueza o seguinte. A questão do IP3, infelizmente, é há muitos, muitos anos também tratada como um brinquedo, uma arma de arremesso político entre os principais partidos que nos governam, eu assumo aqui, como militante do partido socialista que sou, e apoiante deste Governo, também uma quota-parte de responsabilidade, se todos quisermos. O que eu acho que é absolutamente essencial nesta altura é de facto nós estarmos unidos, se calhar como nunca estivemos no passado, também porque se calhar nunca foi tão óbvio e tão pertinente a resolução deste trajeto que liga Viseu a Coimbra, e procurámos o menos possível estarmos a levantar questões, e eu compreendendo os argumentos que o Dr. Fernando Ruas aqui nos deixou, quero também dar um outro lado, digamos, como à pouco o Dr. Fernando Ruas e o Dr. Rui Santos aqui diziam, temos perspetivas diferentes o que não quer dizer que não as possamos partilhar e discutir naturalmente. -----

--- Em primeiro lugar, o IP3 também não está exatamente na mesma como estava aqui há uns tempos atrás, acho que só mesmo quem não faça a estrada, não reconhece, nomeadamente com estas obras de manutenção, para todos efeitos, mas que vieram claramente melhorar as condições de trânsito, enfim, de segurança, eu era daqueles que à sexta-feira, ao final do dia, se estivesse de chuva, chegava ali e exitava, efetivamente, se entrava para o IP3 ou se continuaria até Albergaria para depois fazer a A25, porque só quem nunca levou uma “chuveirada” de um camião a vir em sentido contrário, de repente ali em algumas zonas, é que não se assustou verdadeiramente, como me aconteceu a mim algumas vezes e seguramente a todos quantos

Assembleia Intermunicipal

aqui fazem esta estrada, mas, portanto, reconhecer que de facto há melhorias nos últimos tempos, mas sobretudo reconhecer uma coisa, independentemente de qual é o Governo, nunca estivemos tão próximos de ter a solução, eu não estava presente, mas o Dr. Fernando Ruas estava, até porque recebeu o Senhor Ministro das Infraestruturas recentemente, onde acompanhei pelas notícias, foi dito perentoriamente que, se tudo correr como previsto, no início de 2024 estaremos com obra em curso no terreno. Dir-me-ão, bom, mas isso também já vai com algum atraso, indiscutivelmente, o meu ponto essencial e que queria aqui chamar à atenção é, a determinada altura, se nós aqui regionalmente levantarmos muitas questões, nomeadamente sobre os traçados e quais é que são os que começam primeiro e depois, eu não quero que haja desculpas, nem quero que haja justificações de quem tem de facto a obrigação de fazer a obra, de arranjar subterfúgios nesse tipo de contestações para a não fazer. -----

--- Dito isto, o Senhor Presidente diz, nunca na vida, até pelo trauma que tem, enfim, enquanto Presidente de Câmara sentiu particularmente, obviamente que todos os viseenses, eu diria que toda a região sentiu, e o que fará os familiares das próprias vítimas, evidentemente sentiram muito mais que todos nós, mas de qualquer das maneiras, a verdade é que eu prefiro ter a obra a ser feita por troços, à mas vai começar Viseu – Santa Comba, que por acaso até o troço que está melhor, bom, ela que comece, diria eu, ela que comece, e depois começa pela parte melhor ou pela parte pior, bom, à mas é uma chatice haver ali um nó górdio e é uma chatice haver ali aquele afunilamento, pois com certeza que sim, mas pior é como está agora, acho que estaremos todos de acordo nessa matéria, porque agora nós temos cem por cento da estrada como a conhecemos, no futuro vamos ter os quais oitenta e quatro por cento, em duas faixas para cada lado, eu diria oitenta e quatro por cento são 17 valores, numa escala de zero a vinte, acho que é simpático, é uma boa nota, depois termos os doze por cento, duas-uma, não é excecional, mas é o melhor que nós temos hoje, o melhor que nós temos hoje são duas faixas para um lado e uma faixa para o outro e ficar uma faixa só em três por cento do trajeto para cada lado, não é bom, diria, mas como dizia o poeta *o caminho faz-se caminhando* e, portanto se nós conseguirmos, efetivamente, que em 2024 a obra comece, com certeza que já não a pararemos. -----

--- E para terminar Senhora Presidente, eu digo isto com a franqueza, de facto, de quem, por exemplo, quando em 2015, salvo erro, o Governo da altura, o Governo da coligação da PàF, apresentou uma solução da Via dos Duques e isso até pode ser consultado, eu era Vereador na altura aqui na Câmara Municipal de Viseu, e não me manifestei contra a solução, pese embora ter havido algumas vozes críticas, porquê, porque mais uma vez entendia que se é para melhorar

Assembleia Intermunicipal

devemos estar todos a bordo, ainda que hoje reconheça que aquela solução, como o Senhor Deputado Pedro Alves costuma lembrar, e seguramente porque já está inscrito para falar a seguir, vai lembrá-lo novamente, era uma solução e tal dos privados, em que eu, objetivamente, hoje não acredito, não haveria seguramente privados disponíveis para se fazer uma autoestrada, mantendo um IP3 em funcionamento, porque isso não viabilizaria, seguramente, economicamente o investimento de quem fizesse a autoestrada. De qualquer das maneiras, como digo, na altura apoiei porque acho que de facto tudo que seja acrescentar ao que nós temos hoje é melhor para todos". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "Efetivamente eu vinha aqui apenas falar sobre o transporte e felicitar a CIM pela execução desta medida, dizer também que já vem tarde e se estávamos aqui a tentar recuperar o passado relativamente a estas iniciativas de coesão, e nomeadamente procurar, de certa forma, eliminar aquilo que são os problemas de transportes públicos nos nossos territórios, dizer que esta medida, ou este projeto também tardou em ser executado, foi um projeto que foi lançado ainda durante o Governo da PàF, que era o *Porta-a-Porta*, ainda pelo Secretário de Estado Sérgio Monteiro, e que depois se adiou, sabe-se lá porquê, mas felizmente está neste momento a funcionar e com melhorias que percebemos que são cada vez mais relevantes para as nossas comunidades e sabíamos também, como disse aqui o Deputado Mário Pereira, Oliveira de Frades tinha um problema muito sério ao nível aos transportes e acho que estamos a trazer coesão e qualidade de vida aos nossos territórios e é importante é que a medida continue a ser implementada e da melhor forma e quanto mais inclusivo for o transporte, melhor ainda. -----

--- Não estava para falar sobre a questão do IP3, mas não há nada como aproveitarmos as oportunidades que nos são dadas para podermos também, fazer aqui a nossa leitura dos factos e por muito que nós queiramos aqui estar todos e porque estamos todos do mesmo lado, há sempre uma condição que é impossível de fazer-se, que é branquear estes processos. Na verdade se nós aceitássemos com naturalidade o que está a acontecer hoje e se tivesse decorrido o tempo eleitoral, que são duas legislaturas desde que o governo do partido socialista assumiu funções, em 2015, agora que supostamente em 2023 iríamos novamente para eleições, não havia um metro de duplicação do IP3 feito, em duas legislaturas e isto tem de ser verdadeiramente avaliado, porque estamos a falar de oito anos de governação do partido socialista e isto foi na altura chamado à atenção e este é o nosso problema, por isso não podemos branquear nunca estas situações, que é o adiar permanente, e nem daqui a dez anos, desde que o partido socialista assumiu funções, vamos ter uma autoestrada, e eu não

Assembleia Intermunicipal

compreendo a pressa com que se gasta dinheiro numa TAP ou numa CP, para quantos itinerários daria para duplicar e por isso, a opção foi não fazer o IP3, a opção foi deitar o dinheiro fora dos portugueses, que não vão recuperá-lo, meteram-no na TAP e isso teve um preço, foi nós não termos autoestrada, não termos duplicação do IP3, e a responsabilidade é do partido socialista, não é minha. Não vamos estar agora aqui a dizermos que devemos estar do mesmo lado, não estamos do mesmo lado, fazemos as coisas de forma diferente, as nossas opções eram outras, nunca seria este o caminho, porque havia outro caminho, que trazia custo zero para qualquer dos contribuintes portugueses, nomeadamente para os de Viseu e hoje já teríamos uma autoestrada e se não sabe, e o que vocês cancelaram foi o concurso que já estava a decorrer, que havia onze consórcios privados que tinham levantado o caderno de encargos, posso mostrar. Eu sei que lhe dá uma vontade de rir muito grande porque a verdade custa, mas pronto se é assim tudo bem, não quer acreditar nisto, mas eu gostava de acreditar e de ver mais do que acreditar a obra feita. Oito anos depois, nada, não há um metro, sabemos o estado em que se encontra o país, as dificuldades porque nós passamos, e isto não pode ser branqueado. É óbvio que vamos todos lutar, estar do mesmo lado, mas nunca vamos deixar de dizer às pessoas aquilo que aconteceu, porque no passado, em 2008, também nos disseram que íamos ter uma autoestrada, recorda-se, há uma placa em Santa Comba Dão, e sabemos quem foi, foi um governo do partido socialista, e por isso, fartos e cansados disto estamos nós todos e sabemos sempre quem cancela sempre as soluções para ter mais umas iniciativas. Foi a tribunal de Contas porque era o dobro daquilo que custava, é óbvio, chama-se a isso, não era o Pelé do governo, certamente ou da gestão, uma pessoa que leva o dobro do custo que estava inicialmente previsto numa autoestrada, num concurso que estava antes lançado por um outro governo, eu não sei o que é que isto quer dizer, mas ainda bem que o Tribunal de Contas cancelou, porque era dinheiro público, era uma PPP e ali não, era uma concessão sem qualquer custo para o contribuinte, custo zero. O risco era todo exclusivo e da responsabilidade dos privados, por isso, são opções diferentes efetivamente, e mantínhamos uma alternativa não portajada, que era o IP3 com uma requalificação, que tinha aqui estas melhorias nos sítios que tinham mais apertos e para nós estava perfeito e com uma ligação, também, à ferrovia, com o IC37, que era esta a condição, para que alguns dos privados pudessem assumir a construção da Via dos Duques, por isso, estaríamos mais bem servidos? Eu penso que estaríamos. É esta a solução? Venha a solução, mas venha rápido. Mas nunca subscrever aquilo que foi feito, porque isto foram mais oito anos de prejuízo para os visienses". -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “O Senhor Deputado, Pedro Alves, disse que era em Santa Comba, mas não, é em Mortágua que está a placa. Mas dizer uma outra coisa, é evidente que nós, de cada vez que levamos alguma novidade, portanto, por isso é que eu nunca mais insistirei façam lá o tal IP3 como o entenderem, com o programa que têm, porque há uma coisa que nós sabemos, cada vez que levamos alguma queixa ao Governo é música para os ouvidos, dá logo para atrasar três, quatro anos, venham queixinhas e divergências sobre determinada coisa dá logo para não sei quantos mais. -----

--- Há uma coisa que me parece que é importante e isso é que eu não me cansarei de trazer à coação, foi prometido por este Governo duplicar em quatro vias a ligação do IC3, pelas Termas de Monfortinho, à fronteira espanhola. Eu estou para ver que explicação é que dão para não duplicarem o IP3 e quem conhece a zona, e eu conheço bem, não venham com horografias, a horografia entre Castelo Branco e as Termas de Monfortinho e a fronteira espanhola é bem mais complicada que aquela que temos ali em baixo, nas livrarias do Mondego, portanto eu estou à espera, foi prometido há muito pouco tempo, naquela iniciativa que o Governo faz fora da capital, que ainda aqui não chegou, mas é por letra alfabética, e foi prometido lá, em Castelo Branco, aliás está sublinhado, foi um compromisso, que seria dentro de pouco tempo iniciada a duplicação para quatro vias entre Castelo Branco e a fronteira, junto às Termas de Monfortinho, de maneira que nós estamos à espera, sinceramente, para ver isso, porque esta estrada, de facto, não há nenhuma explicação, eu, a única explicação plausível que encontrava para ali, mas que também agora já foi ultrapassada, foi não haver financiamento, nomeadamente nos fundos comunitários, mas isto também a Senhora Ministra ouviu, como eu, em Bruxelas, bastava argumentar bem, para que haja financiamento para aquela. -----

--- Não sei, o Deputado. João Paulo disse, bem, mas é melhor do que nada, é verdade, o que eu tenho receio, muito sinceramente, é que se duplique naquilo que é, digamos, a melhor parte, entre Viseu e Treixedo, que depois se deixe a variante de Santa Comba Dão por esclarecer e que se tenha de vir cá em baixo aquela ponte e, portanto, eu acho que é mais frustrante ter oitenta e seis, é que os oitenta e seis se fossem todos seguidos, mas não é assim, nós corremos o risco de andar, daqui para Coimbra cinquenta quilómetros, ficar parado num daqueles estrangulamentos e depois apanhar uma coisa boa à frente”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente do Conselho, eu quero-lhe agradecer porque consigo estabelecer uma sintonia maior do que com o Senhor Deputado Pedro Alves, porque no fundo concordámos

Assembleia Intermunicipal

ambos que o que é fundamental é fazer, isso é que é fundamental. Agora o histórico, porque o histórico do IP3 também já lá existe, eu já li e já o vi, nunca devia ter sido feito assim e se a gente for para o histórico e depois também não vale a pena. O que vale é olhar para a frente, olhar para o futuro, porque para trás a gente sabe quem é que olha. Estamos acertados, já fiquei satisfeito, porque o Senhor Presidente reconhece, por os anos todos de experiência que tem, que de facto quando nós começamos a falar de mais, outras coisas, arranjam os argumentos para que as coisas não andem tão depressa. Conhecemos todos muitos exemplos disto. Também tem experiência suficiente e até estive no Parlamento Europeu para saber, também, dos violinos que eles lá tocam. Isso é sempre possível fazer, desde que fundamentado como deve ser. A gente sabe bem como isso é, e o Senhor Presidente também sabe, escusamos de estar aqui a maçar os deputados, porque pelos vistos há urgência em acabar a reunião, receber a senha e irem à vida e, portanto, a discussão política interessa pouco, fazendo-se aqui ou fazendo-se em outro lado qualquer. Portanto, Senhor Presidente agradeço-lhe as informações e sobretudo agradeço saber que o IP3 é de facto o que nos une e é para fazermos de uma vez”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Giroto**, cuja intervenção se transcreve: “Não faço deste palco uma feira de vaidades, mas também não estou sujeito aos horários dos deputados que chegam atrasados e depois pretendem subverter, na prática, a ordem de trabalhos estabelecida por Vossa Excelência. Isto não é tolerável e esta Assembleia tem de ter a dignidade de não se deixar subjugar pelos senhores que trabalham em Lisboa, que são profissionais da política e que não têm mais nada que fazer. Está a perceber, é só isso, o Senhor não sabe o meu nome, eu sei o seu, mas não o conheço por aquilo que tenha feito, nem na área do desporto, nem na área da juventude, nem como deputado”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 41 deputados presentes.-----

--- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos:** Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 12 de novembro de 2022 e o dia 31 de março de 2023, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 12 de dezembro de 2022, de acordo com a Informação de Serviço nº 948/2023, de 11 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **Fernando Ruas**, cuja intervenção se transcreve: “É apenas para tomada de conhecimento, são duas solicitações que

Assembleia Intermunicipal

se fazem, uma para autorização para assunção deste respetivo compromisso e uma outra, para que esta listagem depois de aprovada seja remetida à Assembleia Intermunicipal. É apenas a proposta e nada mais que isso".-----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às dezoito horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pela Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma.-----

Cilene Gomes Lindoso
Luís Miguel Figueiredo Duarte